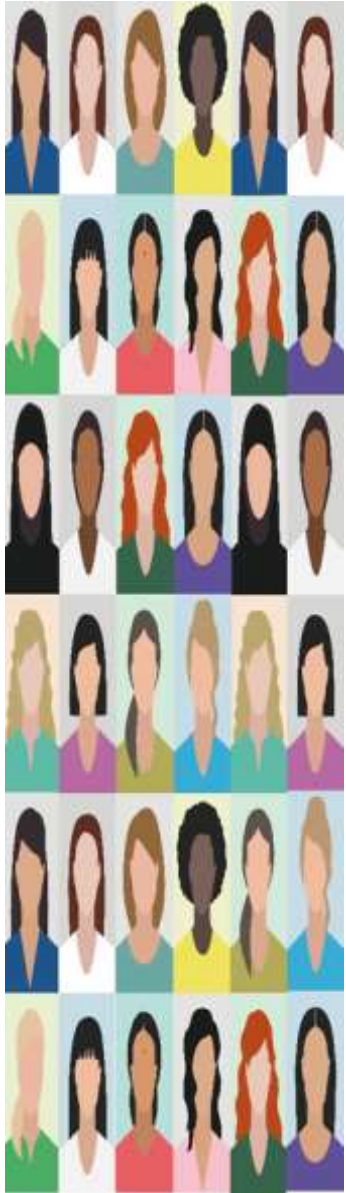


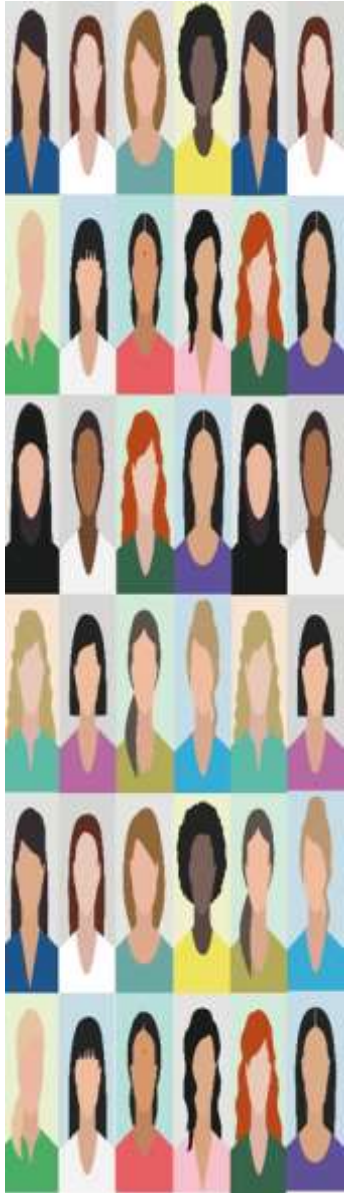


Apresentação e reflexão sobre a estratégia municipal para Política Pública Municipal para a Igualdade de género, cidadania e não-discriminação, PALPIC.

Marina Birrento, DDSPS,
Conselheira para a Igualdade da Câmara Municipal de Montijo
5/5/2021

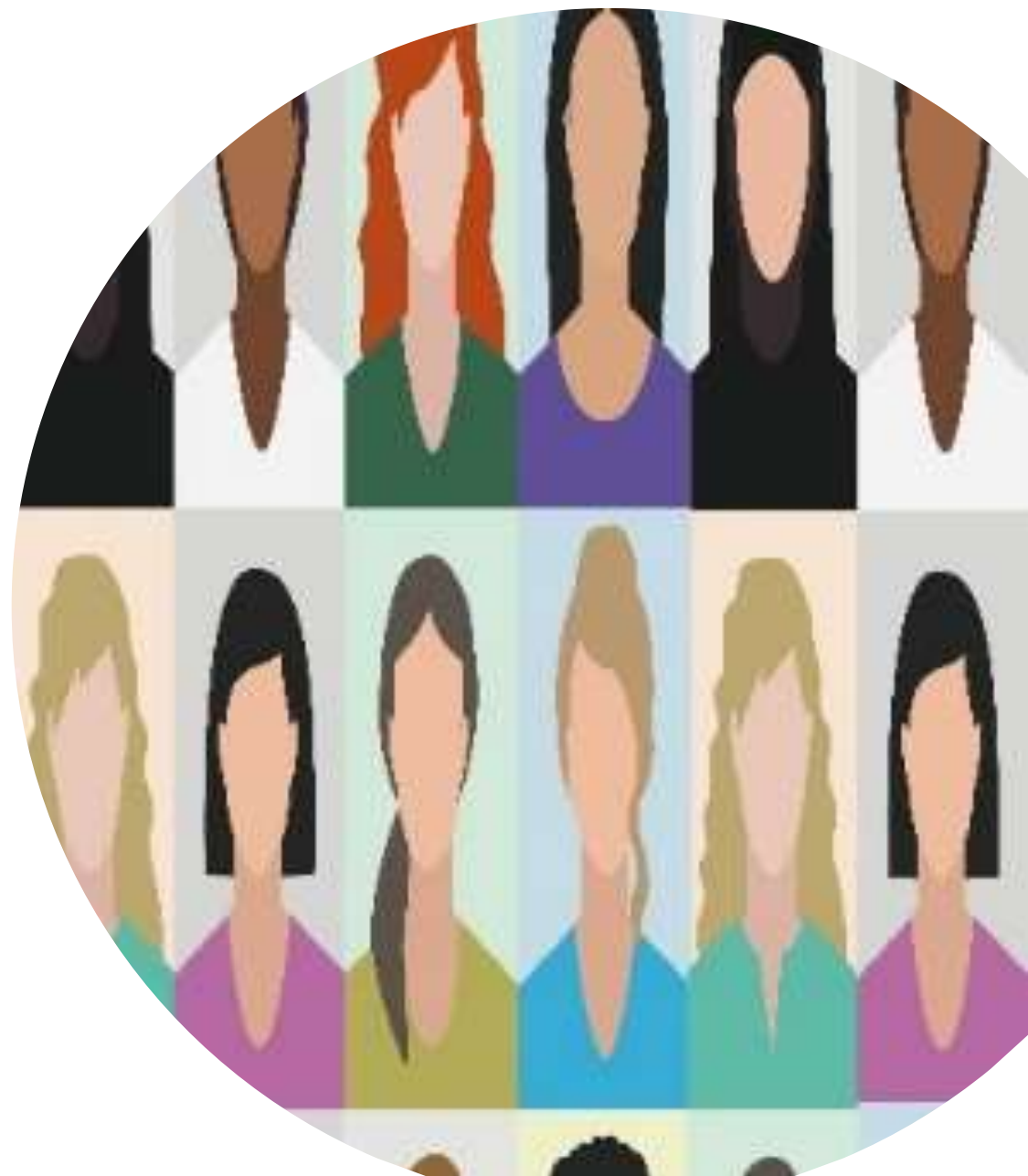


Objetivo desta apresentação: compreender como operacionalizar o Plano e como construir uma base para a implementação de medidas que tenham impacto e que sejam de efeito multiplicador.



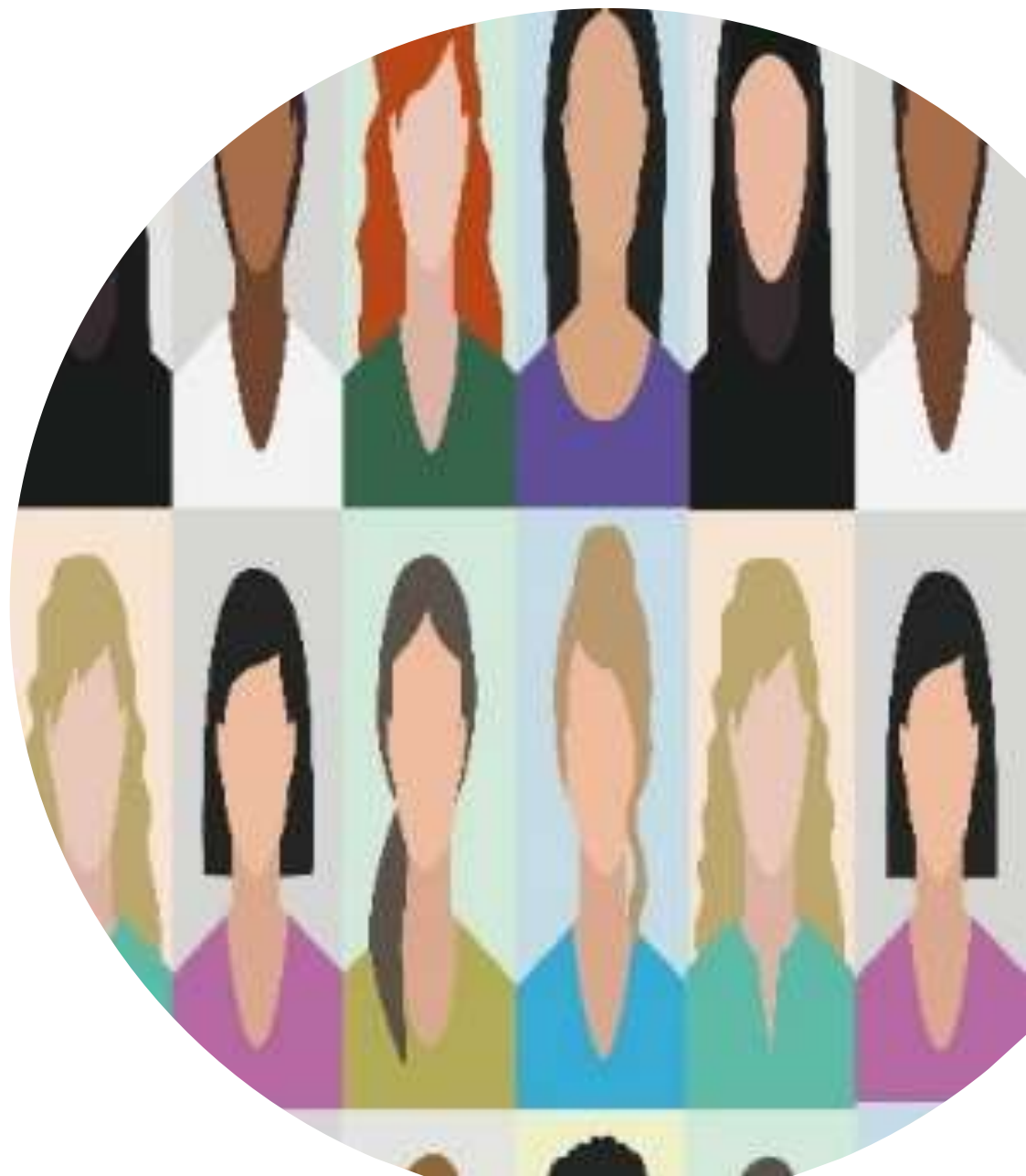
- A mudança de mentalidades depende da compreensão das estruturas cognitivas, dos modelos de ação prática e da compreensão dos impactos da ação quer ao nível individual, quer ao nível coletivo (Lahire, 2005) ;
- Estas mudanças terão que ser fundadas em novos comportamentos e para tal há que haver consciência prévia de toda uma construção de vida, modo de agir e atuar que encerra um conjunto de contextos assentes em premissas com centenas de anos;

- Modelo organizacional de séculos, também as concepções relativas à divisão sexual da sociedade. Por essa razão é necessário é necessário criar mecanismos que contrariem, crenças, valores e comportamentos, de forma clara e consistente.
- Por estas razões é necessário ter precaução na desconstrução e conscientização para concretizar uma mudança.
- É importante garantir uma aceitação por parte todas as pessoas, pois todas estas matérias geram resistências;
- Só o fundamento da ciência para a compreensão destas matérias, a utilização de instrumentos de conhecimento como esquemas de percepção e de pensamento, devem ser tratados como objetos de conhecimento, (Bourdieu, 1998).



A mudança de comportamentos e de mentalidades


- A dominação masculina (exercida por mulheres e homens) é uma instituição que existe há milhares de anos e as estruturas cognitivas são sempre subjetivas e complexas, carregadas de emoções de valores culturais capazes de rejeitar toda e qualquer mudança.
- Todos os dias mulheres e homens reproduzem um sistema que prejudica o lado feminino da humanidade.
- Esta mudança necessária e fundamental para garantir a igualdade e equidade entre pessoas no futuro, gera resistências, uma vez que coloca em causa o equilíbrio de uma ordem social que sustentou civilizações, (Bourdieu, 1998).



Políticas Públicas de Igualdade de Género



- A persistência de desigualdades resultantes de condicionalismos e contextos assentes em estereótipos de género, carece de intervenção política e como tal, as autarquias têm um papel fundamental enquanto entidades promotoras de desenvolvimento local (Queirós M. et al., 2012).
- Pretende-se que este Plano de Ação Local para a Igualdade e Cidadania, seja um continuar daquilo que está previsto na estratégia de territorialização já assumida na ENIND como prioridade, (bem como no III e IV Planos Nacional para a Igualdade Cidadania e Não-discriminação).
- Assumem-se, assim, as autarquias locais e sua rede de parcerias como agentes estratégicos do *mainstreaming* de género, no combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens e da introdução da temática do combate à discriminação em razão da orientação, identidade, expressão de género e características sexuais.
- Esta conceção de territorialização da política pública remete para novos modelos de governação, criando respostas integradas, flexíveis e vocacionadas para as necessidades das comunidades e pessoas nos seus espaços de vivência, quer familiar, pessoal e de trabalho.



PALPIC - Plano de Ação Local para a
Igualdade, Cidadania e Não-
Discriminação 2020-2021
da Câmara Municipal de Montijo

Metodologia para elaboração do Plano de Ação Local para a Igualdade e Cidadania - PALPIC



Equipa para Igualdade na Vida Local

- Para implementação desta nova estratégia foi ainda criada uma Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), que propõe, concebe, coordena, implementa, acompanha e avalia as medidas e as ações desenvolvidas;
- Esta equipa tem contributo e envolvimento das diversas unidades funcionais internas da Câmara Municipal de Montijo;
- A nova estratégia para a Igualdade pretende não só abranger, como envolver toda a comunidade local, pois só assim se pode garantir o aprofundamento dos direitos de cidadania com a participação de todas as pessoas do Concelho do Montijo:





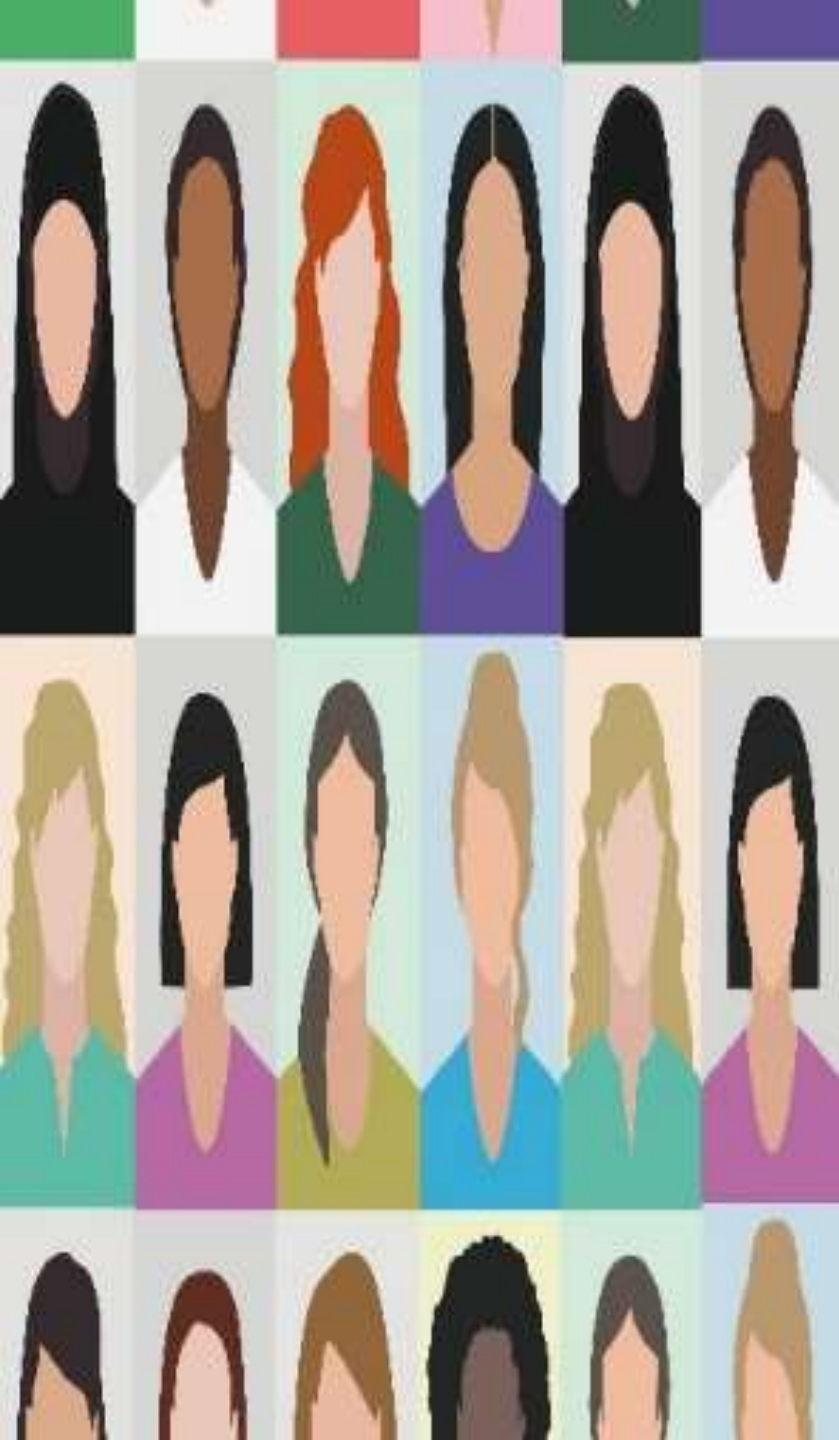
Elaboração de um diagnóstico

- consulta de documentos-chave que caracterizam o concelho:
 - ✓ O Diagnóstico Social 2019 do Concelho de Montijo;
 - ✓ o Plano de Desenvolvimento Social e o Perfil de Saúde do Concelho de Montijo;
 - ✓ O Balanço Social da Câmara Municipal;
- os projetos em matéria de igualdade de género, cidadania e não-discriminação, desenvolvidos ao longo dos últimos 22 anos;

Enquadramento legal, nacional e internacional

- Este documento terá como pano de fundo os demais tratados internacionais a que o Estado português se vincula, bem como toda a legislação nacional e em especial a **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação — Portugal + Igual (ENIND)**;
- E a todos os princípios legais que alicerçam um regime jurídico da igualdade, entre mulheres e homens, cidadania e não discriminação nas políticas públicas de igualdade de âmbito nacional.





Dificuldades

- Os dados desagregados por sexo nem sempre existiam;
- Quando existiam não se adequavam à nossa pesquisa;
- A fraca adesão das pessoas em geral a estas matérias;
- Resistências advindas da socialização de género.

Facilidades

Uma política consolidada em matéria de atendimento às vítimas de violência doméstica;

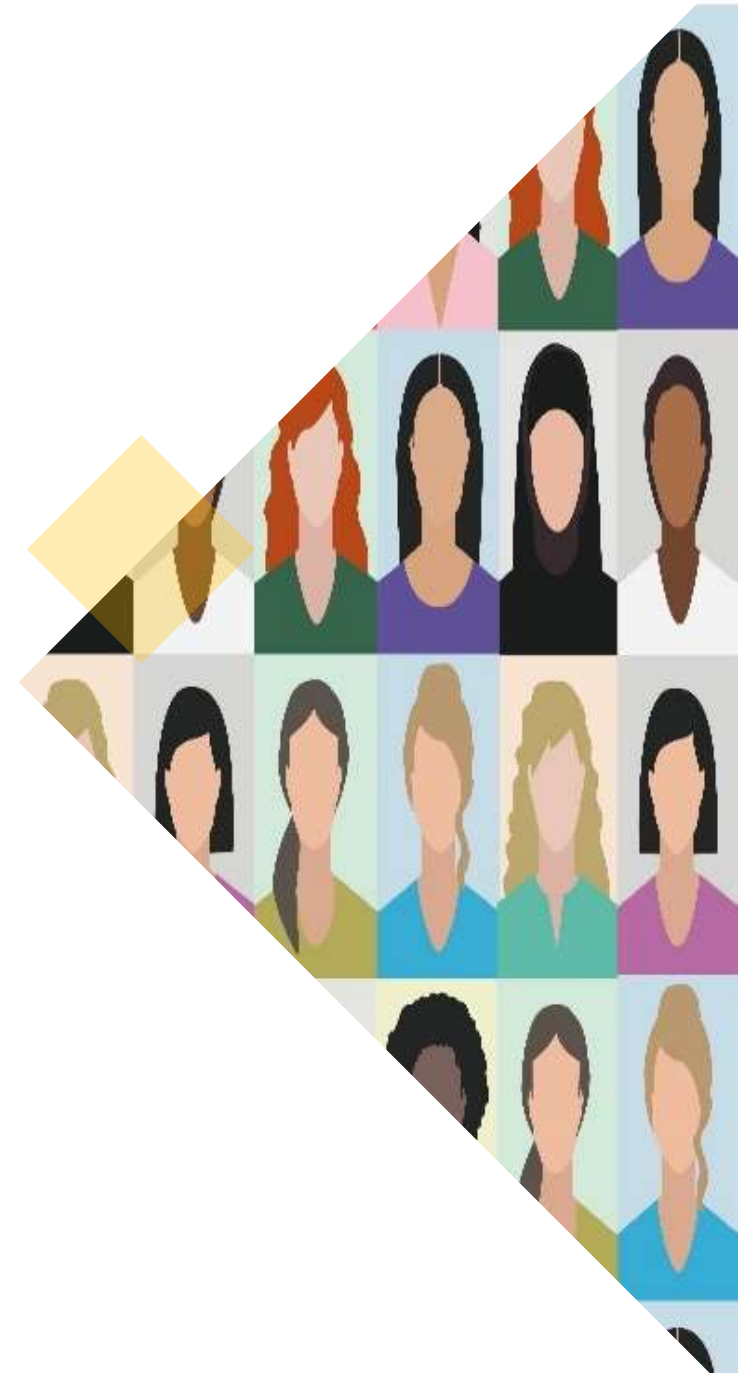
Uma pessoa quase a tempo inteiro para delinear esta estratégia;

O entendimento político da necessidade de desenvolver e transversalizar na política pública local estas matérias.



Um projeto adequado às necessidades locais e as áreas de atuação eleitas

- Este projeto tem um conjunto de medidas que foram decididas por áreas de atuação, capazes de responder às áreas encontradas como críticas, ou de atuação primária;
- E não menos importante adequadas às necessidades do Concelho do Montijo.
- O PALPIC, já foi aprovado em Reunião de Câmara, bem como em Assembleia Municipal;
- Quais as ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA??



Comunicação e imagem para a Igualdade e Não-discriminação

- A linguagem tem um papel fundamental na formação da identidade social de cada indivíduo e interage com as atitudes sociais e a cultura.
- É recomendação normativa, a utilização de uma linguagem que reflita de igual maneira e trate com o mesmo valor e a mesma dignidade a presença, a igualdade de estatuto e os papéis das mulheres e dos homens na sociedade.
- Este constitui um aspeto essencial da igualdade entre mulheres e homens, bem como um meio de realizar uma igualdade de género de carácter substantivo.
- As recomendações internacionais e nacionais consagram a adoção e aplicação de normas impondo ao sector público a obrigação de utilização de uma linguagem não sexista em documentos oficiais, particularmente textos jurídicos, documentos políticos, programas, formulários e questionários,



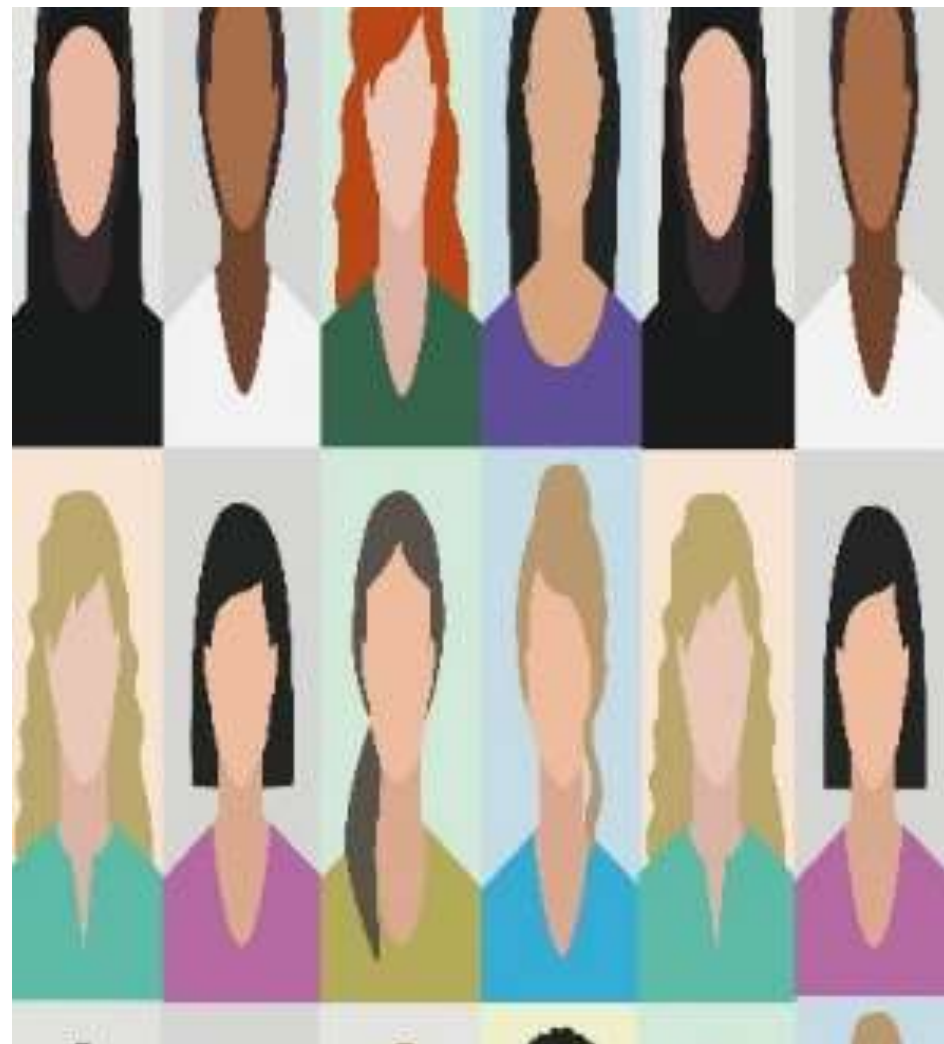
Usos do tempo: Conciliação vida familiar/vida privada com a vida profissional

- A diferença de remuneração entre homens e mulheres na UE é de 16,3%, isto é como se simbolicamente, a partir deste dia e até ao final do ano, as mulheres deixassem de ser remuneradas. Persistem em Portugal as disparidades salariais entre homens e mulheres.
- As mulheres auferem em média menos 16,7% do que os homens, no que se refere à remuneração mensal base, mas a diferença salarial é ainda mais acentuada quando se considera o ganho médio mensal. (EIGE, 2019).
- Garantir o equilíbrio da participação de mulheres e homens no trabalho não-pago;



Usos do tempo: Conciliação vida familiar/vida privada com a vida profissional

- Compreensão do o que é e qual a importância do trabalho pago e trabalho não pago, na identificação da desigualdade salarial média, em particular nos usos do tempo de umas e outros. E nos impactos da vida das mulheres e homens.



Usos do tempo: Conciliação vida familiar/vida privada com a vida profissional, explo de algumas medidas:

- **Medida:** Ação de formação sobre licenças parentais, e outras, junto dos funcionários e funcionárias.
- **Medida:** Criação de uma *newsletter* sobre os direitos de parentalidade e outros, a enviar pelo correio eletrónico com o recibo de vencimento, com periodicidade trimestral; março, junho, setembro, dezembro.
- **Medida:** Dia da Igualdade Salarial, em campanha interna (folheto informativo) através do Recursos Humanos.



Educação e juventude, Formação e Emprego

- ODS 5 – Igualdade de Género



- O Dia Internacional das Raparigas, instituído pelas Nações Unidas e assinalado a 11 de outubro, com o propósito de promover uma maior consciência relativamente à situação das raparigas em todo o mundo, de forma a tentar quebrar o ciclo de discriminação, foi apresentado, no dia 10 de outubro.
- A data foi instituída em 2011 pela Organização das Nações Unidas, através da Resolução 66/170, com o objetivo de promover a proteção dos direitos das raparigas de todo o mundo e de acabar com a vulnerabilidade, a discriminação e a violência que estas sofrem.
- Em 2012 celebrou-se a data pela primeira vez, e em Portugal pretende-se combater os preconceitos e estereótipos sociais sobre o que é suposto ser próprio e adequado às mulheres e raparigas os quais condicionam, ainda, as opções escolares e escolhas formativas e de carreira.



Educação e juventude, Formação e Emprego

- **Objetivo:** Garantir a igualdade de género em todas as vertentes e níveis do sistema de ensino

Integrar a dimensão de género, nas práticas educativas e nas dinâmicas organizacionais das instituições educativas, com vista à eliminação gradual dos estereótipos sociais de género.

Educação e juventude, Formação e Emprego

- **Medida:** Promover duas ações de formação para professores, creditadas, no Centro de Formação para Professores Montijo e Alcochete.
- **Medida:** Apoiar logisticamente dois projetos que resultem da medida anterior.



Educação e juventude, Formação e Emprego

- Promover uma orientação vocacional independente de estereótipos de género.
- Promover junto das turmas de 9º ano, debates participativos sobre a uma orientação vocacional livre de estereótipos.
- Uma ação de formação para as/os psicólogas/os das escolas sobre uma orientação vocacional livre de estereótipos.
- Aderir a uma campanha nacional por exemplo “Engenheiras por um Dia”.

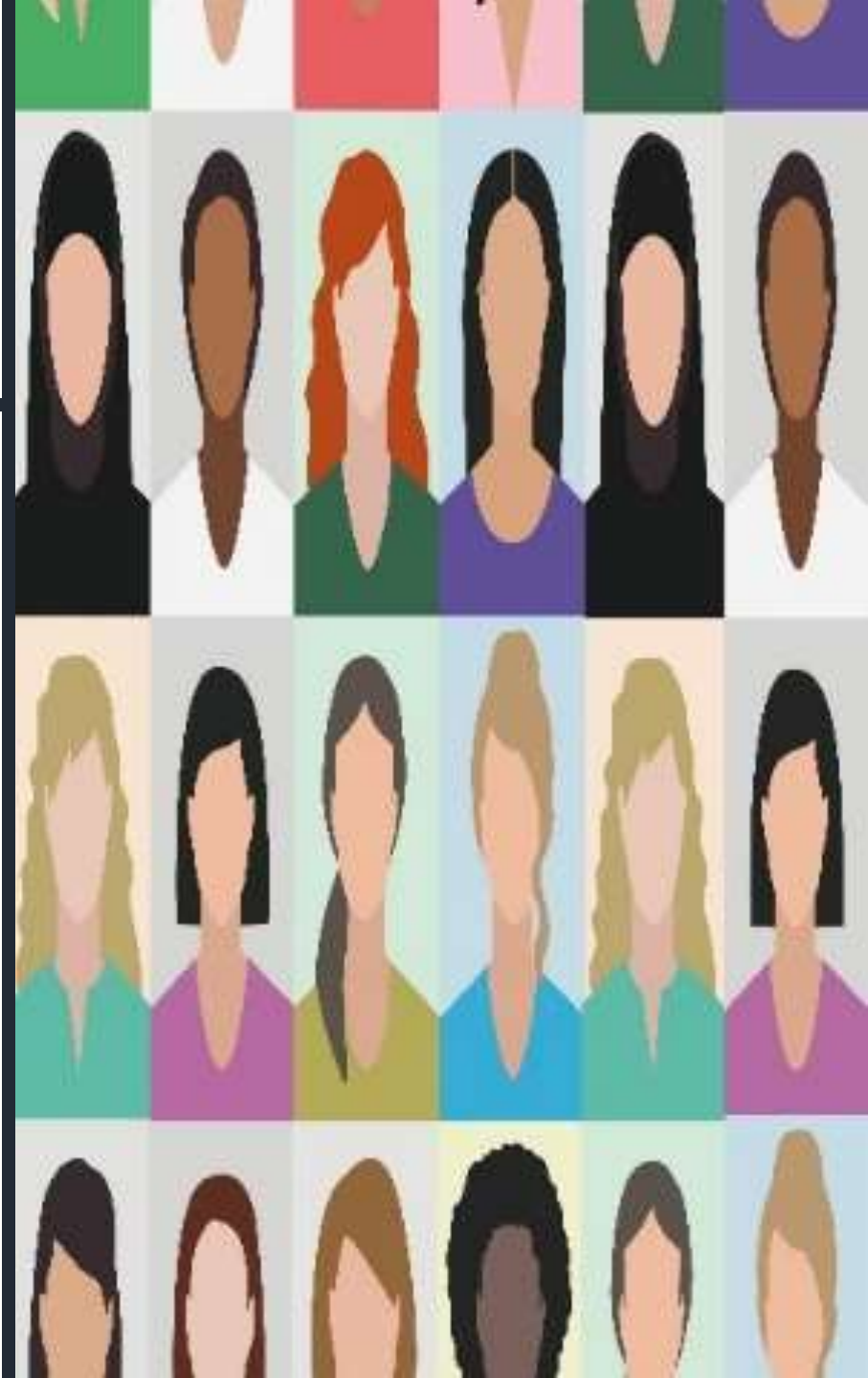
Saúde

- De acordo com a OMS os estados devem garantir a igualdade de gênero na saúde, pois as mulheres e os homens, ao longo da vida e em toda a sua diversidade, nem sempre têm as mesmas condições e oportunidades para realizar plenamente os seus direitos e potencial para serem saudáveis.
- Assim deveremos adequar uma estratégia que contribua para o desenvolvimento da saúde, tendo em conta a perspetiva igualdade de gênero. Para tal é necessário encontrar medidas específicas para mitigar os obstáculos.
- A OMS desenvolveu ferramentas para garantir a consideração sistemática de gênero na conceção, implementação e avaliação de políticas e programas de saúde.
- Pretendemos implementar algumas ações de formação para as questões nomeadamente promover uma campanha sobre saúde sexual e reprodutiva junto da comunidade juvenil em parceria com ao ACES Arco Ribeirinho



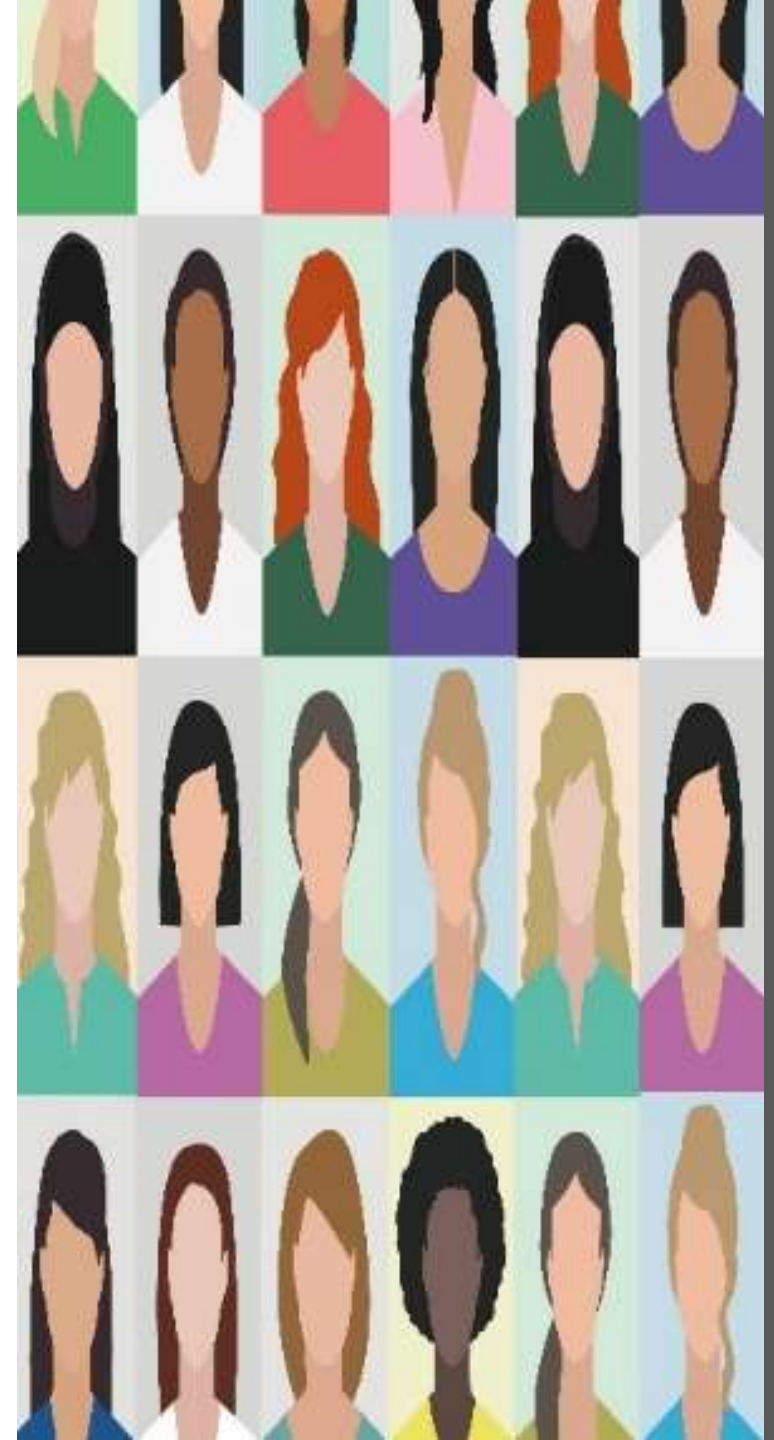
Urbanismo, Ambiente e território

- O espaço urbano na perspectiva de género: o espaço público tem sido pensado por homens e para homens desde sempre. Ao observarmos a exclusão das mulheres dos espaços coletivos, em especial quando temos a perspectiva da segurança, esta entra como elemento a repensar. A segurança feminina beneficia de espaços públicos com iluminação e manutenção adequadas, localizados próximos a espaços com vida urbana e com movimento, constituindo um ambiente mais seguro para as mulheres e raparigas.
- Outra questão também importante são os equipamentos municipais desportivos que muitas vezes são utilizados por coletividades e associações recreativas, como os campos de futebol e/ou espaço públicos desportivos e que são frequentemente ocupados por homens/rapazes, deixando o público feminino com menos alternativas de divertimento. É importante garantir diversidade de programações e atividades, a fim de incluir todas as pessoas.



Violência Doméstica Violência de Género, Femicídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos

- Esta área é coordenada pela Dra. Filipa Pais.
- Providenciar informação e/ou encaminhamento a todas as mulheres que procuram o serviço “Espaço Informação Mulher”.
- Acompanhar e avaliar o risco das mulheres em situação de VDVG.
- Atendimento e reencaminhamento de acordo com as necessidades e tendo em conta as características de cada mulher.
- . Promover uma intervenção terapêutica destinada a mulheres vítimas de violência, através de grupos de terapia e autoajuda, traduzindo-se numa efetiva reabilitação psicossocial e familiar.



Violência Doméstica Violência de Género, Femicídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos

Promover a cooperação no âmbito da RAMSV – Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência, priorizando a eficácia da sua intervenção junto das vítimas, através da articulação entre todas as entidades parceiras, com vista a disponibilizar uma resposta mais eficaz às sobreviventes de violência doméstica, bem como prevenir a reincidência do agressor.

- **Medida:** reuniões periódicas (quadrimestrais)
- **Medida:** Uma ação de formação com a duração de 12h, dirigida a profissionais das entidades parceiras da RAMSV sobre Avaliação de Risco em Rede.



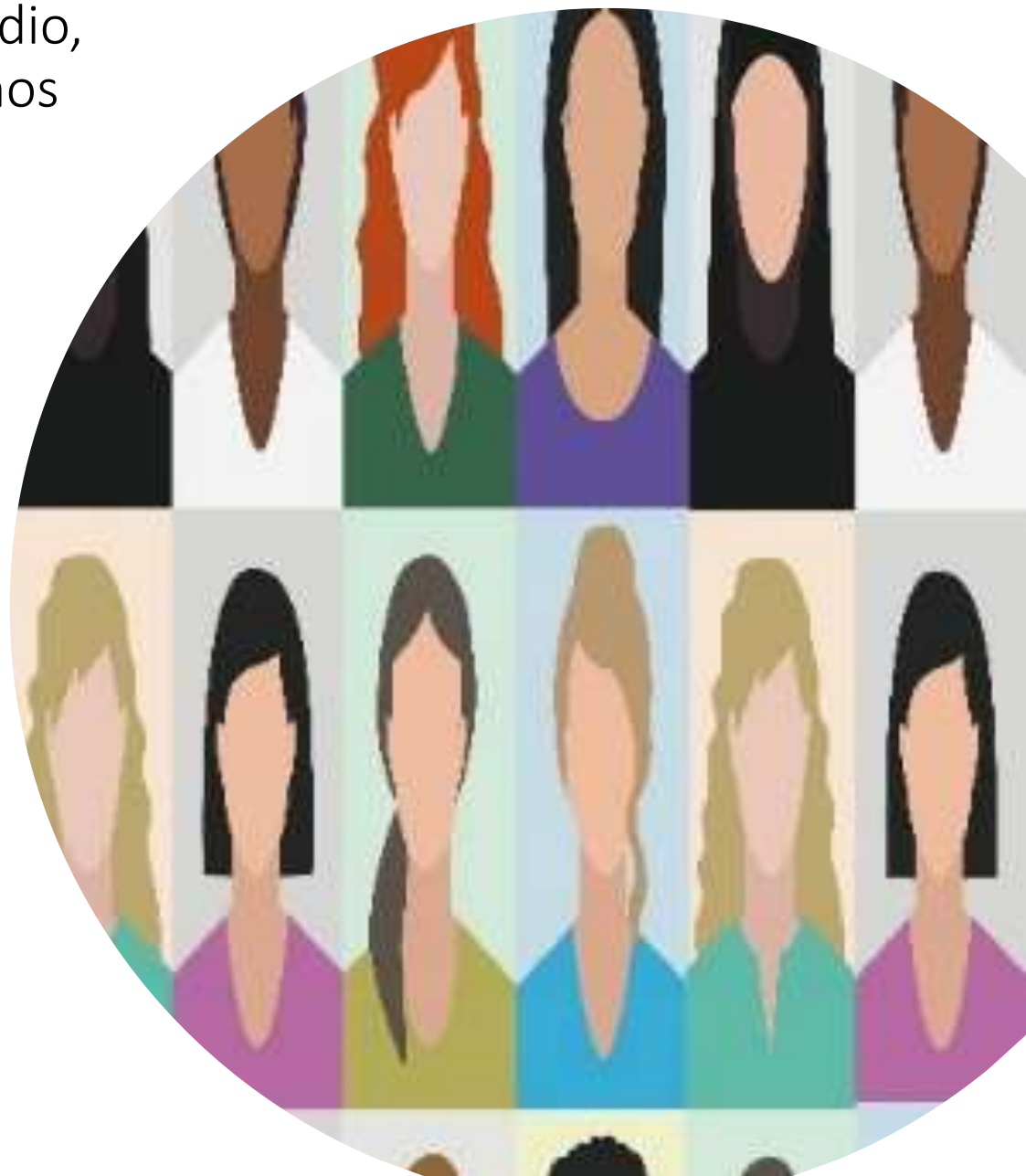
Violência Doméstica Violência de Género, Femicídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos

- Sensibilizar e formar para a temática no âmbito da política pública local para a Violência
- Formar as entidades parceiras da Rede Social e da RAMSV – Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência para a prevenção da vitimização ou revitimização no âmbito da VDVG.
- Ação de Formação dirigida a entidades parceiras da Rede Social.
- Ação de Formação dirigida a entidades parceiras da RAMSV.

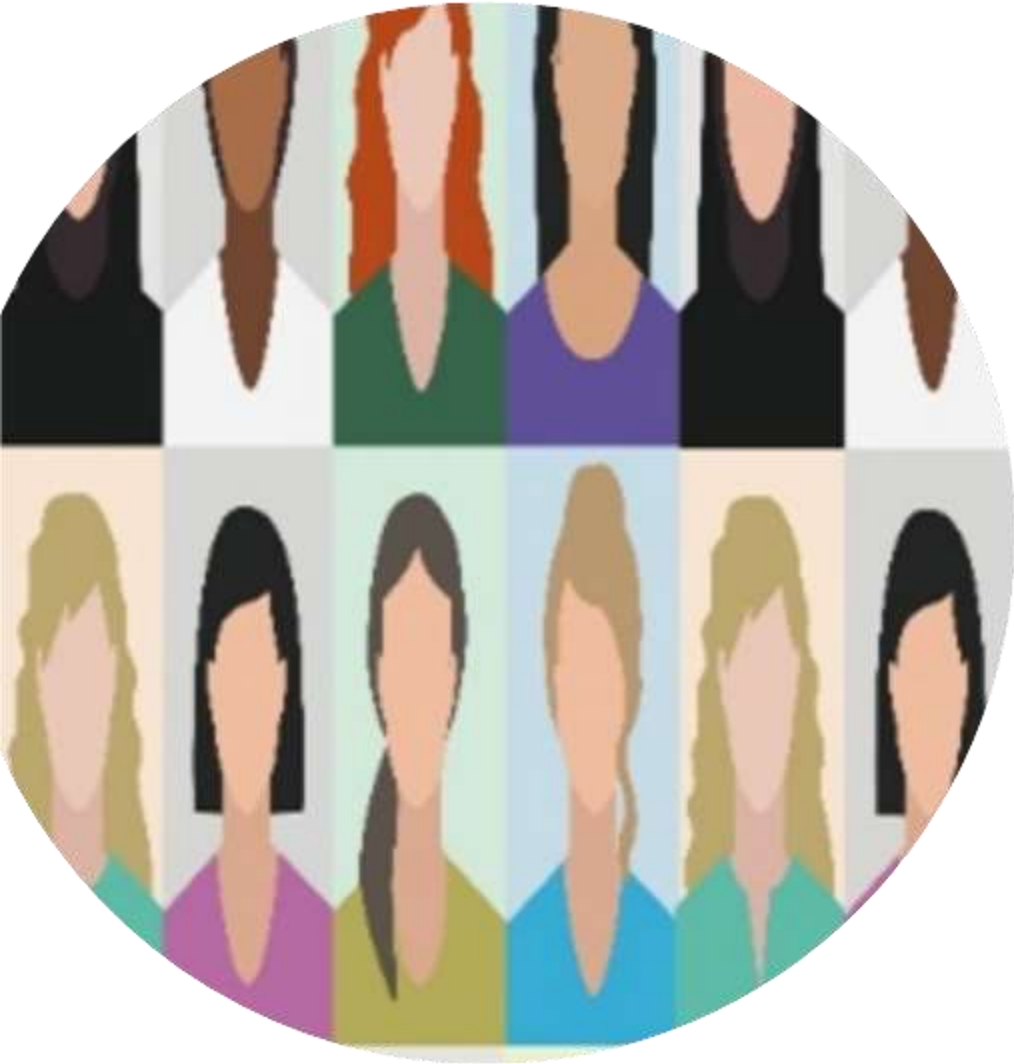


Violência Doméstica Violência de Género, Femicídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos

- Mutilação Genital Feminina - MGF: Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que visem direta e/ou indiretamente a prevenção e erradicação de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF e casamentos forçados.



Violência Doméstica Violência de Género, Feticídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos



- O tráfico de seres humanos constitui uma grave violação dos direitos humanos e assume-se como um dos principais desafios com que a sociedade moderna se depara. As suas causas estão desde há muito tempo reconhecidas ao nível da comunidade internacional, cujas raízes profundas são a vulnerabilidade causada pela pobreza, as desigualdades entre homens e mulheres e a violência perpetrada contra as mulheres, as situações de conflito e pós-conflito, a falta de integração social, a falta de oportunidades e de emprego, a falta de acesso à educação e o trabalho infantil, sendo este considerado, juntamente com o tráfico de drogas e o tráfico de armas, um dos mecanismos de criminalidade mais lucrativos da história contemporânea. O Tráfico de Seres Humanos abrange uma grande diversidade de problemas e realidades como a migração, o crime organizado, a exploração sexual e laboral, as assimetrias endémicas entre os países mais desenvolvidos e os mais carenciados, questões de género, direitos humanos, quebra de suportes familiares e comunitários, entre outros.

Violência Doméstica Violência de Género, Femicídio, práticas nefastas (MGF) e Tráfico de Seres Humanos, exemplo de algumas medidas

- (Tráfico de Seres Humanos) – Informar e dar conhecimento, através de campanhas de sensibilização junto da população local, no âmbito da temática do Tráfico de Seres Humanos.



Lésbicas Gays Bissexuais e Transexuais e Intersexo

- Promover os Direitos Humanos das pessoas Lésbicas, Gays e Bissexuais, promover os Direitos Humanos das Pessoas Trans e Intersexo.
- Combater os estereótipos sobre as pessoas LGBTI, compreendendo as necessidades específicas. (parceria com o CLASS e com a juventude)



Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Intersexo

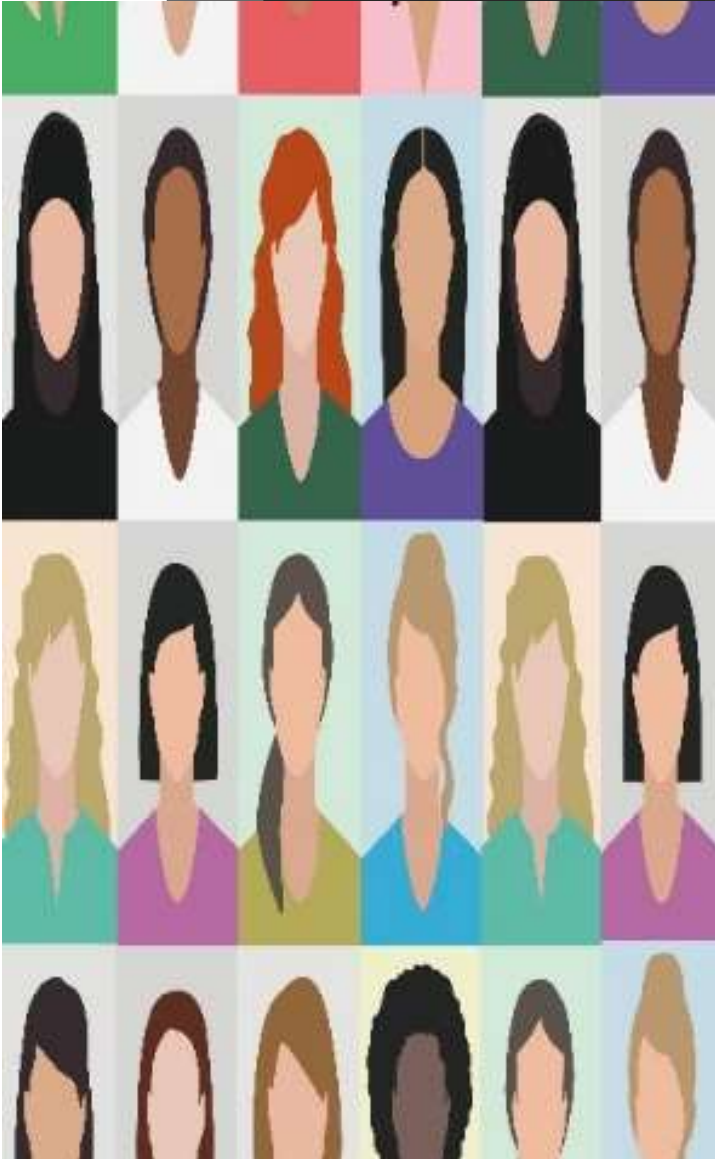
Medida: Ação de formação sobre a temática dentro do Conselho Local de Ação Social e Saúde de Montijo, no âmbito do 17 Maio. (já agendada)

Medida: Ação de sensibilização sobre a temática dentro da Autarquia para a adoção de políticas de promoção dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI;

Medida: No âmbito da semana da juventude divulgação da existência da Ilga/Casa Qui e Amplos e API, na mostra de associações de juventude.

Desporto inclusivo

- As desigualdades entre mulheres e homens no Desporto persistem. As mulheres praticam menos desporto do que os homens, encontram-se desigualmente distribuídas pelas modalidades, dependendo da natureza dos desportos. Só o voleibol e a ginástica as raparigas e as mulheres são maioritárias.
- Embora a participação das raparigas e mulheres nas atividades desportivas tenha vindo a aumentar, estando presentes num vasto leque de modalidades, continuam a representar apenas cerca de um quarto do total de praticantes de modalidades desportivas.
- O futebol é uma das atividades desportivas onde as mulheres estão menos representadas.
- As políticas locais são imprescindíveis para reforçar a prática desportiva em geral, especialmente das mulheres e deve ser facilitado o acesso de homens e mulheres a qualquer tipo de desporto, superando a masculinização e a feminização de alguns deles.





Desporto inclusivo

Objetivo: Junto das coletividades e grupos recreativos e a Divisão de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Montijo elaborar um diagnóstico na perspetiva de género de caracterização da prática desportiva do Concelho de Montijo;

Cultura



- Tendo em conta a distribuição por sexo da população empregada nas atividades culturais e criativas ser equilibrada (INE, 2015), as mulheres beneficiam menos destas atividades enquanto participantes/consumidoras.
- Segundo o índice de práticas culturais do Eurobarómetro, as mulheres portuguesas concentram-se mais do que os homens no perfil de participação baixo/inexistente” (CE, 2013). Mais, no que respeita aos agregados domésticos, cujo indivíduo de referência é do sexo masculino, as despesas em distração, lazer e cultura são substancialmente superiores (INE, 2014).
- A necessidade de adotar medidas para encorajar a promoção explícita das mulheres nos domínios da cultura, bem como da produção e distribuição de obras artísticas e intelectuais, combatendo a discriminação estrutural e generalizada vivida pelas mulheres nesta esfera, promovendo uma representação equilibrada de mulheres e homens na oferta pública de atividades artísticas e culturais e assegurando apoio financeiro e ações positivas para corrigir as situações de desigualdade observadas nestas áreas.
- Aumentar a participação das mulheres em todos os domínios de produção e distribuição de obras artísticas, promovendo a representação equilibrada de homens e mulheres, na oferta artística na política local.

Área de atuação interseccional para a Igualdade de Género

- Tal como inscrito na ENIND a “perspetiva da interseccionalidade revela que a discriminação resulta da interseção de múltiplos fatores, aqui nesta estratégia municipal assumimos medidas dirigidas a desvantagens que ocorrem no cruzamento do sexo com outros fatores de discriminação, como a idade, a origem racial e étnica, a deficiência, a nacionalidade, a orientação sexual, a identidade e expressão de género, e as características sexuais”. (RCM nº 61/2018)
- Neste ponto, pretendemos criar uma área de atuação dirigida às desvantagens interseccionais, através da definição de algumas medidas que articulem políticas entre si, Planos já desenvolvidos e implementados pela Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde, como o Plano Estratégico para as Migrações, Estratégia Nacional para a Deficiência, Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situações de Sem-Abrigo, Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.



Área de atuação interseccional para a Igualdade de Género

- Promoção dos direitos e da qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades, através de ações de sensibilização.
- Uma ação de Formação subordinada ao tema “Vulnerabilidades das Mulheres com deficiência Mental”, dirigido à Rede Social.



Área de atuação interseccional para a Igualdade de Género

- Combater os estereótipos sobre as mulheres Brasileiras e conscientizar para as necessidades específicas da mulher Migrante.
- Promover a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, em especial das raparigas e meninas;
- PMI – Plano Municipal para a Integração de Migrantes



obrigada!

